

AS DIVERGÊNCIAS DA ESQUERDA BRASILEIRA NO PRÉ-1964.

*Taiara Souto Alves*¹

¹ Universidade Federal de Santa Maria/Curso de História, Valenciano Coelho, 13 CEP: 97020-190, taiarasouto@yahoo.com.br.

Resumo-A questão da luta armada pelo Partido Comunista Brasileiro esteve na pauta de suas discussões em vários momentos ao longo de sua história. A adoção de um posicionamento pacifista, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética acarretou na insatisfação de parcela da militância, ao ponto de ocasionar a primeira dissidência em 1959. Com a vitória do golpe dos militares em 1964, a situação tornou-se ainda mais tensa, com a procura das falhas da esquerda que proporcionaram o sucesso dos golpistas. Dessa forma, é importante saber como ocorreram os “rachas” iniciais, para que possa ser feita uma análise consistente dos diversos grupos que se formaram para combater o regime militar.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro e Declarações de 1950.
Área do Conhecimento: VII Ciências Humanas

Introdução

Neste artigo pretendemos reconstruir parte das dissidências da esquerda no Brasil no período anterior ao golpe de 1964. Para a realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica inicial de alguns clássicos que tratam do assunto.

Partiremos do PCB (Partido Comunista do Brasil), que consistiu até 1959 com o surgimento da Política Operária (POLOP) na força mais expressiva da esquerda brasileira para analisar os “rachas” e a formação dos grupos armados que irão enfrentar a ditadura civil-militar.

A questão da luta armada tornou-se um ponto importante para o desenrolar dos grupos contrários ao regime instaurado em 1964.

Por isso o tomar conhecimento da origem, da linha teórica e tática desses grupos é relevante, pois eles consistiram numa reação “cami-case” ao fechamento político do país. Mesmo tendo sido praticamente exterminados pelos seus inimigos, numa luta de Davi contra Goliath (só que neste caso quem venceu foi o gigante), de grupos de estudantes, trabalhadores e intelectuais contra o rolo compressor do “Tio Sam”, ainda sim foram as únicas ações de reação contra a paranóia ianque temerosa que eclodissem “novas Cubas” na América Latina.

O “racha” do PCB.

O posicionamento tático do PCB, nas vésperas do golpe civil-militar de 1964 tem suas origens nas Declarações de Março de 1958 e no V Congresso, de agosto de 1960. A adoção de tais medidas foram os estopins para os “rachas”

que ocorreram no PCB. As divisões da esquerda antes do golpe serão analisadas.

Pela primeira vez, desde a sua fundação em 1922, o Partido Comunista do Brasil passa a respirar os ares da legalidade, em 1945. Com isso, passam para uma ofensiva direta e a adesão ao partido cresce entre trabalhadores, estudantes e intelectuais. Conseguem formar uma bancada expressiva na Assembléia Constituinte de 1946, com Prestes eleito senador e mais treze deputados federais, entre eles Jorge Amado e Carlos Marighella.

Porém, tantos avanços e destaques do PCB, obviamente viriam a perturbar os setores conservadores, principalmente estando o mundo sob a conjuntura da “Guerra – Fria” e um Partido Comunista expressivo poderia abrir brechas para uma infiltração comunista ainda mais consistente.

Assim, em maio de 1947, o registro do partido foi cassado, retornando à clandestinidade. Em contrapartida, o PCB lança, em 1950, o Manifesto de Agosto, o qual defende entre outras questões a adoção da luta armada para a derrubada do governo. As propostas do Manifesto de Agosto perduram até a declaração de Março de 1958 e o V Congresso de 1960.

Deve-se levar em conta a influência do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, onde Nikita Kruchov apresenta a tese de transição pacífica rumo ao socialismo, juntamente com as denúncias dos crimes cometidos por Stálin, no posicionamento do PCB após 1958.

Uma onda de otimismo assolou os comunistas entre 1958 e 1959. Passaram a descobrir no país amplas possibilidades de

desenvolvimento, e era preciso remover os obstáculos que se colocavam no seu caminho como os resquícios feudais e a dependência ao imperialismo. O desenvolvimento do país interessaria vários setores nacionais, entre eles setores das elites: burguesia nacional, setores de latifundiários e mesmo grupos da burguesia internacional que tivessem contradições com os monopólios norte-americanos. Era necessário uni-los numa Frente Única com os operários, camponeses e pequena burguesia para remover os entraves do desenvolvimento. Sendo que o desenvolvimento capitalista seria favorável a todos, num primeiro momento os antagonismos entre burgueses e operários seria deixado de lado.

Para consolidar a primeira etapa da revolução “antiimperialista, antifeudal e nacional democrática” era necessária uma aliança com a burguesia nacional. Caio Prado Júnior, aliás seria crítico ferrenho à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional antiimperialista, em sua obra *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966. Tese que segundo Jacob Gorender foi causadora de erros políticos imperdoáveis [1].

Ao contrário do que pregava o Manifesto de Agosto de 1950, para efetivar a primeira etapa da revolução não era mais necessário acabar com o regime, mas o caminho pacífico tornava-se a hipótese mais viável, sendo possível adquirir conquistas pela via eleitoral.

Entretanto, anterior à publicação de Caio Prado, surgiram questionamentos das teses sobre o papel da burguesia nacional na revolução brasileira. Além disso, também foram criticados o abandono da luta armada e da hegemonia proletária na Frente Única.

Os questionamentos foram abafados, mas as resoluções do V Congresso apresentaram algumas mudanças. A hegemonia do proletário na Frente Única tornava-se imprescindível. Somente o proletariado seria capaz de levar a revolução nacional democrática até o fim. Porém, não deveriam romper a aliança com a burguesia nacional. Em relação ao caminho pacífico para a revolução, não significava passividade.

“O V Congresso tentou encontrar um equilíbrio. De um lado, a aliança com a burguesia, a ótica desenvolvimentista, o caminho pacífico e as reformas no marco do regime vigente. Por outro lado, o estímulo às lutas sociais, a reafirmação do papel do Partido do proletariado, a luta pela hegemonia na Frente Única. A crítica ao “esquerdismo” dos anos 50 deveria ser acompanhada pela preocupação com o eventual surto do “oportunismo” e do “revisionismo”. [2].

Em agosto de 1961, o tradicional Partido Comunista do Brasil passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart após o episódio da Legalidade, parecia que as teses de 1958 e 1960 estavam sendo consolidadas. Assumia um governo nacional, democrático, apoiado pelas massas e parcela da burguesia. E apesar da agitação provocada pelo episódio da Legalidade, não houve conflito armado.

Entretanto, o PCB viria “cair do cavalo” com João Goulart. Jango adotou medidas paliativas e as reformas de base não vieram a se consolidar.

Discordância em relação as teses do Partido, como a aliança com a burguesia nacional e o abandono da luta armada, juntamente com a ineficácia do governo de Jango que não atendeu as anseios dos comunistas, somados às divergências dos Partidos Comunistas no exterior, vieram acarretar na perda da hegemonia da esquerda no Brasil pelo PCB.

Já em 1959, um grupo em desacordo com as declarações de 1958 afastou-se do PCB e criou a revista *Movimento Socialista*. A esse grupo somaram-se seguidores de diversas correntes de pensamento marxista, incluindo as idéias de Trotsky o que veio classificá-los como trotskistas.

“Esse grupo acabou formando a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que ficou conhecida pelo nome do jornal que passou a editar, o Política Operária ou simplesmente POLOP” [3].

Desde o início, a POLOP criticava qualquer proposta oferecida pela burguesia para solucionar os problemas no país, não admitia nenhum tipo de aliança, pois ela não conservava nenhum potencial revolucionário.

Defendia a constituição de um movimento operário independente da tutela das classes dominantes e que viesse tomar o poder por meio da luta armada. Ao proletariado caberia o papel de vanguardear as reformas sociais, juntamente com o partido.

Entre as propostas da POLOP estavam, formar uma Frente entre os trabalhadores da cidade e do campo e o estímulo às lutas sociais. Devido a aliança entre as classes dominantes, as eleições não contribuiriam para qualquer transformação social.

A POLOP considerava o Brasil maduro para a revolução socialista, a qual seria efetivada sem etapas intermediárias. Seria a revolução ou o imperialismo.

Aqui já pode-se observar as influências do foquismo. Apesar de criticar o reboquismo do PCB à URSS, a POLOP tomou a Revolução Cubana como modelo. Assim, os polopistas

adotaram a teoria do foco, formulada por Che Guevara e Régis Debray, e seu ponto de partida consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas em todos os países latino-americanos. A revolução na América Latina seria continental e sem etapas intermediárias para o socialismo.

Também seriam necessárias as condições subjetivas, ou seja, a vontade da população em fazer a revolução. Mas estas podem ser criadas e/ou impulsionadas pelo foco guerrilheiro. O campo seria o palco para a luta popular, pois segundo Debray, as cidades seriam o túmulo da revolução, pois os revolucionários urbanos seriam “burgueses” de esquerda.

Uma inovação interessante do foquismo foi a prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos foram críticos ferozes ao burocratismo e à corrupção dos partidos comunistas.

Mas os “rachas” estavam apenas começando.

O V congresso de 1960 havia desarticulado o antigo Comitê Central, devido as divergências em relação as novas teses, sendo excluídos os nomes de João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e Maurício Gabrois. Em fevereiro de 1962, foi realizada a Conferência Nacional, onde a dissidência acima mencionada “herdou” o nome original Partido Comunista do Brasil, mas sob a sigla de PC do B.

O PC do B não tinha uma visão tão otimista da situação brasileira como o PCB. Retomando as tese de agosto de 1950, a luta armada passa a estar na ordem do dia. Não havia possibilidade de uma aliança com possíveis setores progressistas da burguesia. Aliás, a burguesia em momento algum iria se sensibilizar com os anseios populares.

Também não existiam condições tão propícias para o desenvolvimento econômico do país como afirmava o PCB. Os salários eram baixos, a mortalidade infantil elevada, crise na saúde, habitação, educação, etc. Tais problemas estavam ligados a uma crise mundial do sistema capitalista.

Sem uma burguesia que possa se aliar as camadas populares, a possibilidade de conquistas pela via eleitoral é descartada.

Assim, a única maneira para a deflagração de uma revolução brasileira e a instauração de um regime “antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista” seria através da luta armada.

A princípio, o PC do B tentou obter apoio do Partido Comunista da União Soviética, do Partido Comunista Chinês e dos revolucionários cubanos, mas devido as cisões do movimento comunista internacional teve que fazer sua opção. A partir do XX Congresso do PCUS, e principalmente do ano de 1960 houve um visível

afastamento entre os comunistas russos e chineses. Entre as questões conflitantes encontrava-se o balanço do stalinismo, o papel do PCUS no comunismo internacional e os caminhos da revolução. A Guerra do Vietnã, a Revolução Chinesa consolidaram a divisão aberta entre o PCUS e o Partido Comunista Chinês. Em 1969 estourariam os primeiros choques armados entre a URSS e a China.

Dessa forma, rompendo com a tese de caminho pacífico para o socialismo apresentado pelo PCUS no seu XX Congresso, o PC do B alinha-se ao Partido Comunista Chinês.

“O PC do B adotou a formula maoísta de guerrilha rural, atestando a necessidade do partido na condução da guerra revolucionária sendo esta sustentada não por uma pequena vanguarda, mas sim pelas massas populares” [4].

A concepção chinesa de guerra popular mantém as premissas iniciais de Cuba: privilegiava o campesinato, a guerrilha rural e o caráter revolucionário dos povos do Terceiro Mundo. Lin-Biao foi, juntamente com Mao Tsé – Tung, o propulsor da Revolução Chinesa, e seu folheto *Salve a vitória da guerra popular!* foi amplamente difundido no Brasil, a partir de 1966. Pregava como estratégia revolucionária, “o cerco das metrópoles imperialistas industrializadas pelos países camponeses do Terceiro Mundo” [5]. Caberia ao campesinato dos países explorados, impulsionar a guerra popular que deveria derrubar as muralhas das cidades, sede do poder opressor.

Mas o exército guerrilheiro deveria estar subordinado ao partido. A guerrilha somente surge mediante o trabalho político do partido entre os camponeses, daí a perspectiva de guerra popular prolongada.

O socialismo não seria alcançado imediatamente, pois a revolução ocorreria em duas etapas: da emancipação nacional (antiimperialista e antifeudal) e da revolução socialista em si. Para o PC do B haveria uma fase intermediária, sob direção de um governo popular revolucionário, com participação, embora subordinada, de setores da burguesia nacional.

As teses de 1958-60 e a conjuntura conflituosa do país nas vésperas do golpe propiciaram as dissidências que ocorreram no PCB. A via pacífica para a tomada do poder foi um fator que desagradou grande parte da militância e da dirigência do partido.

O excessivo otimismo do PCB em relação as condições para se efetivar a revolução cegaram os comunistas que “caíram como patinhos” com o golpe. Mesmo de mãos atadas não dissociaram-se das normas soviéticas e continuaram a crer na via pacífica, na aliança com a burguesia e na instauração de um governo

nacional e democrático. Será que a experiência com Jango não serviria como alerta? Pelo visto não.

Também deve-se levar em conta as cisões externas, entre o PCUS e o PCC. Mesmo tratando a questão com prudência como afirma Reis Filho [6], colaboraram para quebra da idéia de uma esquerda unida e coesa.

As divergências não cessaram e após o golpe a esquerda brasileira veio a formar vários grupos que partiram para a luta armada com a finalidade de combater a ditadura instaurada no país.

Considerações Finais.

A questão da luta armada trás muitas perguntas e respostas. O que ocasionou a perda da hegemonia da esquerda pelo PCB? Numa análise mais elaborada pode-se enumerar o reboquimo pró-burguesia ou o atrelamento ao PCUS que vem acarretar no pacifismo reformista pcebista. E o que veio ocasionar a formação de inúmeros grupo de esquerda no pós -64? As divergências quanto as táticas para deflagrar a ação armada.

É interessante observar que a figura do comunista sempre foi (e continua sendo) atrelada a uma imagem “malvada”, “perversa” e até “violenta”, enfim algo temeroso. No entanto uma das maiores oposições contra o PCB, foi justamente o seu pacifismo adotado pelas teses de 1958 e do V Congresso.

Podemos perceber que o excessivo teorismo acabou corroendo uma possível união da esquerda no Brasil. A primeira questão foi partir ou não para a luta armada. Resolvido o impasse, tendo as dissidências optado pela ação armada, o conflito tornaria a surgir, pois seria necessário descobrir qual a melhor tática para efetivá-la.

Referências

[1] GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2a. ed. Sao Paulo: àtica, 1987.p.73.

[2] FILHO, Daniel Aarão Reis. **A Revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil.São Paulo: Brasiliense, 1989.p.25

[3] SAUTCHUCK, Jaime. **A luta armada no Brasil nos anos 60 e 70**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.p.32.

[4] DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPCRS, 2002.p.209.

[5] GORENDER, Jacob. Op. cit. p.76.

[6] FILHO, Jacob. Op.cit. p. 87.